

## **PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO 2002 E AVALIAÇÃO DO PIAPS**

**Ilanud**

**FIA - USP**

**Gabinete de Segurança Institucional**

pesquisador responsável - Tulio Kahn

planejamento amostral e operacional – Jacques Besen

pesquisadora assistente – Rosier Batista Custódio

Introdução \*

Tabela 1 – Vitimização por tipo de crime e cidade \*

Tabela 1a – Vitimização por tipo e renda familiar \*

Tabela 1b – Vitimização por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 1.c – Vitimização por tipo de crime – último ano \*

Tabela 2 – Período de ocorrência, por tipo de crime e cidade \*

Tabela 3 - local do crime, por tipo de crime e cidade \*

Tabela 3a local do crime, por tipo de crime e renda \*

Tabela 3b local do crime, por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 4 - Notificação por tipo de crime e cidade \*

Tabela 4a - Notificação por tipo de crime e renda \*

Tabela 4b - Notificação por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 5 – Local da notificação por tipo de crime e cidade \*

Tabela 6 – Queixa em outro órgão por tipo de crime e cidade \*

Tabela 7 – número de autores por tipo de crime e cidade \*

Tabela 8 – Relação com os agressores por tipo de crime e cidade \*

Tabela 8a – Relação com os agressores por tipo de crime e renda \*

Tabela 8b – Relação com os agressores por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 9 – Presença de arma no incidente por tipo de crime e cidade \*

Tabela 10 – Uso da arma por tipo de crime e cidade \*

Tabela 11 – Seriedade do incidente por tipo de crime e cidade \*

Tabela 11a – Seriedade do incidente por tipo de crime e renda \*

Tabela 11b – Seriedade do incidente por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 12 – relevância de auxílio a vítima por tipo de crime e cidade \*

Tabela 12a relevância de auxílio a vítima por tipo de crime e renda \*

Tabela 12b – relevância de auxílio a vítima por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 13 – Sentimento de insegurança por tipo de crime e cidade \*

Tabela 13a – Sentimento de insegurança por tipo de crime e renda \*

Tabela 13b – Sentimento de insegurança por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 14 – Avaliação da Segurança por tipo de crime e cidade \*

Tabela 14a – Avaliação da Segurança por tipo de crime e renda \*

Tabela 14b – Avaliação da Segurança por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 15 – Satisfação com a polícia por tipo de crime e cidade \*

Tabela 15a– Satisfação com a polícia por tipo de crime e renda \*

Tabela 15b– Satisfação com a polícia por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 16 – Comparação entre serviços públicos por tipo de crime e cidade \*

Tabela 16a – Comparação entre serviços públicos por tipo de crime e renda \*

Tabela 16b – Comparação entre serviços públicos por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 17 – Avaliação da polícia II por tipo de crime e cidade \*

Tabela 17a – Avaliação da polícia II por tipo de crime e renda \*

Tabela 17b – Avaliação da polícia II por tipo de crime e escolaridade \*

Tabela 18a – políticas de segurança, por cidade \*

Tabela 18b – políticas de segurança, por cidade \*

Tabela 18a– políticas de segurança, por renda \*

Tabela 18b – políticas de segurança, por escolaridade \*

Tabela 19 – estratégias de combate a violência, por cidade \*

Tabela 20 – causas da criminalidade, por cidade \*

Tabela 20a 1 – causas sociais da criminalidade, por renda \*

Tabela 20a 2 – causas não sociais da criminalidade, por renda \*

Tabela 20b.1 – causas sociais da criminalidade, por escolaridade \*

Tabela 20b.2 – causas não sociais da criminalidade, por escolaridade \*

Tabela 21 – responsabilidade pela criminalidade, por cidade \*

Tabela 21a – responsabilidade pela criminalidade, por renda \*

Tabela 21b – responsabilidade pela criminalidade, por escolaridade \*

Tabela 22 – Conhecimento dos Programas, por cidade \*

Tabela 22a – Conhecimento dos Programas, por renda \*

Tabela 22b – Conhecimento dos Programas, por escolaridade \*

Tabela 23 – Conhecimento do PIAPS, por programa e cidade \*

Tabela 23a – Conhecimento do PIAPS, por programa e renda \*

Tabela 23b – Conhecimento do PIAPS, por programa e escolaridade \*

Tabela 24 – Existência do Programa, por tipo de programa e cidade \*

Tabela 25 – Participação nos programas, por programa e cidade \*

Tabela 25a – Participação nos programas, por programa e renda \*

Tabela 25b – Participação nos programas, por programa e escolaridade \*

Tabela 26 – Opinião sobre o potencial preventivo, por programa e tipo de cidade \*

Tabela 26a – Opinião sobre o potencial preventivo dos programas, por programa e renda \*

Tabela 26b – Opinião sobre o potencial preventivo, por programa e escolaridade \*

## **Introdução**

As pesquisas de vitimização surgiram nos Estados Unidos na década de 60 como uma tentativa de estimar a quantidade de crimes sofridos pela população e não comunicados aos órgãos governamentais. Atualmente, em diversos países do mundo, os governos ou institutos independentes realizam a intervalos variáveis de tempo as chamadas "pesquisas de vitimização" com amostras da população, perguntando a uma amostra de cidadãos se foram vítimas de algum tipo de crime nos últimos meses ou anos.

Aparentemente, seria mais simples e econômico consultar as estatísticas oficiais para conhecer a quantidade de crimes a que esta sujeita a sociedade, bem como se esta quantidade vem diminuindo ou aumentando no tempo. Acontece que, por uma série de motivos, os dados oficiais nem sempre refletem com fidedignidade a situação real da criminalidade na sociedade. As estatísticas oficiais estariam corretas se todos os cidadãos vitimizados relatassem os crimes de que foram vítimas às autoridades, mas a experiência em diversos países, desenvolvidos ou não, revela que este raramente é o caso.

É difícil conhecer com precisão a quantidade de crimes que ocorrem na sociedade. O que os governos têm em seus registros policiais são apenas uma estimativa dos crimes ocorridos, estimativa esta que se sabe, de antemão, ser subestimada. A primeira pesquisa de vitimização norte-americana de 1966 descobriu que os crimes relatados eram mais de duas vezes maiores do que as estimativas produzidas pelas estatísticas oficiais (Paixão, p.47). O British Crime Survey calculou no começo dos anos 90 que ocorrem na Inglaterra 4 vezes mais crimes do que são registrados pela polícia. O fenômeno da subnotificação, ainda que possa variar em grau de país para país, é algo que atinge a todos: na média dos 20 países pesquisados pelo UNICRI – instituto europeu de criminologia da ONU - entre 1988 e 1992, levando em conta 10 diferentes tipos de crimes, cerca de 51 % dos crimes deixaram de ser comunicados à polícia.

É preciso deixar claro que as pesquisas de vitimização não foram pensadas como substitutas dos levantamentos oficiais, mas como complemento deste. Trata-se apenas de um método diferente de abordar o mesmo problema.

A propensão por parte das vítimas notificar o crime sofrido varia com uma série de fatores e circunstâncias, relacionadas às percepções da vítima, ao sistema policial ou ao tipo do crime e do bem roubado. A experiência internacional na área revela que, entre outros fatores, dependendo: da percepção social da eficiência do sistema policial; da percepção social da confiabilidade do sistema policial; da seriedade ou do montante envolvido no crime; do crime implicar ou não numa situação socialmente vexatória para a vítima (estupro, agressões domésticas, "conto do vigário", etc.); do grau de relacionamento da vítima com o agressor; do bem estar ou não segurado contra roubo; da experiência pretérita da vítima com a polícia; da existência de formas alternativas para a resolução do incidente - menor será o incentivo para o indivíduo comparecer perante as autoridades policiais para reportar o crime de que foi vítima.

Desde 1989 o UNICRI (United Nations International Crime and Justice Research Institute) vem realizando pesquisas de vitimização comparativas que já envolvem mais de 50 países. As pesquisas têm procurado investigar países de todos os continentes, tanto desenvolvidos como subdesenvolvidos.

Trata-se de um dos maiores projetos de criminologia comparada já feitos: somente em 1996/97 o UNICRI conduziu pesquisas de vitimização em outros 35 países, perguntando a pessoas com 16 anos ou mais sobre os crimes cometidos contra elas, opiniões e atitudes sobre notificação dos crimes à polícia, medo do crime, estratégias de prevenção e atitudes com relação à punição dos criminosos. Em alguns países subdesenvolvidos, as pesquisas de vitimização chegam a ser a única fonte existente para mensurar os crimes.

A presente pesquisa foi feita em conjunto pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Fundação Instituto de Administração da USP (FIA-USP) e Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (Ilanud) com os objetivos de estimar a prevalência de certos crimes, as taxas de subnotificação, o sentimento de insegurança e o grau de conhecimento e avaliação da população com relação ao PIAPS – Programa de Prevenção a Violência Urbana gerenciado pelo Gabinete de Segurança Institucional. A responsabilidade pela interpretação dos resultados cabe exclusivamente ao Ilanud.

A pesquisa foi feita com 2800 entrevistados, maiores de 16 anos, moradores das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória. Os entrevistados foram selecionados por sorteio probabilístico e as entrevistas – 700 em cada cidade - foram feitas nos domicílios dos entrevistados, durante os meses de abril e maio de 2002. O questionário e a metodologia da pesquisa foram elaborados a partir da metodologia sugerida pelo UNICRI, responsável pela disseminação do projeto ICVS – International Crime Victimization Survey ([www.unicri.it/icvs](http://www.unicri.it/icvs)). Nas páginas abaixo, seguem as análises dos resultados gerais e por cidade, renda e escolaridade, bem como a comparação com países selecionados.

Tabela 1 – Vitimização por tipo de crime e cidade

Vitimização em 5 anos	Total	SP	RJ	RE	VI
Roubo/furto de moto *	24	25	29	7	2
Depredação em automóvel *	23	21	22	39	21
Roubo/furto de bicicleta *	20	19	22	17	26
Roubo/furto de automóveis *	18	20	15	9	7
Roubo	18	18	17	22	10
Furto de algo dentro do carro *	17	20	12	17	23
Furto	12	11	10	21	10
Agressão física	8	7	7	14	10
Arrombamento	6	7	5	9	9

Tentativa de arrombamento	6	6	6	11	7
Agressão sexual	4	5	3	7	4
Média					
Prevalência últimos 5 anos	51	52	47	57	51
Prevalência último ano (2001)	35	37	32	34	33

\* apenas para proprietários

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Metade da população das Capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória diz ter sido vítima de algum tipo de crimes nos últimos 5 anos e um terço delas apenas no último ano. Entre os 11 tipos de delitos abordados na pesquisa, os crimes contra o patrimônio – furtos e roubos - foram claramente os de maior incidência. Apenas uma minoria diz ter sido vítima de agressões físicas ou sexuais.

O roubo e furto de automóveis e motocicletas são claramente maiores em SP e RJ, em contraste com RE e VI, que apresentam taxas baixas destes delitos.

Se examinarmos as médias de crimes, a prevalência nos últimos 5 anos e a prevalência apenas no último ano, São Paulo e Recife aparecem como cidades mais violentas do que Rio de Janeiro e Vitória. Chama a atenção particularmente em Recife o elevado número de furtos, tentativas de arrombamento, roubos e agressões físicas e sexuais.

Tabela 1a – Vitimização por tipo e renda familiar

Vitimização em 5 anos	Até 400	De 401 a 800	801 a 1600	Mais de 1600
Roubo/furto de moto *	18	24	21	25
Depredação em automóvel *	13	19	27	24
Roubo/furto de bicicleta *	20	22	20	19
Roubo/furto de automóveis *	17	16	15	19
Roubo	13	16	16	28
Furto de algo dentro do carro *	15	12	21	18
Furto	10	12	11	13
Agressão física	7	8	5	10
Arrombamento	6	6	7	8
Tentativa de arrombamento	6	6	7	6
Agressão sexual	4	5	4	4
Média				
Prevalência últimos 5 anos	39	49	51	64
Prevalência último ano (2001)	35	35	36	36

\* apenas para proprietários

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Sob o risco de parecer tautológico, é preciso insistir que os crimes contra o patrimônio ocorrem onde existe patrimônio para ser subtraído. Tratam-se de crimes "opportunity driven" em contraste com os crimes contra a pessoa, que são "poverty driven". Como decorrência, eles tendem a ocorrer com maior incidência nos Estados mais ricos, nas cidades mais ricas, nos bairros mais ricos e atingir com maior probabilidade as pessoas de renda mais elevada.

Como pode ser observado a partir da análise das médias e da prevalência de crimes no período de 5 anos, existe uma relação linear entre probabilidade de vitimização e renda: nas famílias que ganham até R\$ 400,00 mensais, 39% diz ter sido vítima de ao menos um dos crimes listados, ao menos uma vez. A porcentagem sobre linearmente até atingir 64%, entre as famílias que ganham mais de R\$ 1600,00 reais mensais.

Se estivéssemos analisando os dados de homicídios, o perfil seria diferentes, como inúmeras pesquisas já revelaram, pois estes incidem especialmente sobre jovens do sexo masculino, não brancos, com baixa escolarização e renda, moradores das zonas periféricas dos grandes centros urbanos.

Tabela 1b – Vitimização por tipo de crime e escolaridade

Vitimização em 5 anos	Até 1º grau	2º grau	Superior
Roubo/furto de moto *	28	24	20
Depredação em automóvel *	15	21	31
Roubo/furto de bicicleta *	22	20	18
Roubo/furto de automóveis *	19	15	22
Roubo	12	18	27
Furto de algo dentro do carro *	17	15	23
Furto	10	11	17
Agressão física	4	8	12
Arrombamento	5	7	9
Tentativa de arrombamento	4	7	7
Agressão sexual	1	6	4
Média			
Prevalência últimos 5 anos	39	51	69
Prevalência último ano (2001)	31	35	37

\* apenas para proprietários

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Escolaridade e renda costumam ser cumulativas, especialmente em países com fortes desigualdades sociais como o Brasil, onde as oportunidades de renda são em larga medida determinadas pelos anos de estudos. A análise da vitimização por escolaridade confirma assim a tendência observada com relação a renda: na maioria dos crimes, há uma relação linear entre probabilidade de vitimização e escolaridade, de modo que quanto maior a escolaridade (i.e. renda) maior o risco de ser vítima dos crimes arrolados.

Tabela 1.c – Vitimização por tipo de crime – último ano

Vitimização no último ano	BR	PN **	AR **	PT	Total ***
Roubo/furto de moto *	9,8	0,1	5,7	0,3	0,3
Depredação em automóvel *	9,0	3,0	4,0	6,3	6,6
Roubo/furto de bicicleta *	8,1	1,4		0,8	3,2
Furto de algo dentro do carro *	6,4	5,4	9,7	4,9	4,6
Roubo/furto de automóveis *	6,2	1,0	3,6	0,9	1,0
Roubo	5,5	0,9	13	1,1	0,8
Furto	3,0	4,0	5,4	1,9	3,9
Agressão física	2,5	2,3	3,0	0,9	3,5
Tentativa de arrombamento	2,2	3,3		1,2	1,8
Arrombamento	1,5	3,8	7,7	1,4	1,8
Agressão sexual	1,4	0,3	1,0	0,6	1,7
Média					
Prevalência último ano	35	33,4	41	15,5	21,3

\* apenas para proprietários

\*\* durante 1999 no Panamá e Argentina e durante 2001 no Brasil

\*\*\* total baseado nos países desenvolvidos que tomaram parte da pesquisa de vitimização em 2000

Tomando para efeitos de comparação apenas a vitimização no período de 1 ano, a prevalência no Brasil foi de 35%, ligeiramente superior a do Panamá, mas inferior a encontrada na Argentina em 2001, entre os países latino americanos. A prevalência média nos países desenvolvidos que participaram do projeto ICVS em 2000 foi de 21,3% e de Portugal, particularmente, 15,5%.

Observe-se que para os crimes contra o patrimônio menos violentos, como o furto, e para os crimes contra a pessoas – agressões físicas e sexuais – as taxas brasileiras chegam a ser menores do que a média dos países desenvolvidos.

Os países desenvolvidos que participaram do projeto em 2000 e cujas médias aparecem na coluna Total nesta e em outras tabelas foram: Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, Dinamarca, Inglaterra & Gales, Finlândia, França, Japão, Países Baixos, Irlanda do Norte, Polônia, Portugal, Escócia, Suécia, Suíça e Estados Unidos

Tabela 2 – Período de ocorrência, por tipo de crime e cidade

Quando aconteceu o crime (2002)	Total	SP	RJ	RE	VI
Agressão sexual este ano	36	49	12	17	30
Depredação em automóvel este ano	32	36	22	38	46
Agressão física este ano	28	23	36	24	40
Tentativa de arrombamento este ano	25	25	23	28	49
Furto este ano	25	24	25	24	36
Roubo este ano	23	26	19	16	40
Furto de algo dentro do carro este ano	21	20	25	21	23
Roubo/furto de moto este ano	19	22	15	25	100
Roubo/furto de automóveis este ano	15	16	12	15	10
Arrombamento este ano	15	13	18	17	31

Roubo/furto de bicicleta este ano	13	11	13	30	20
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Vitória é a cidade com maior proporção de crimes ocorridos "este ano" (2002), o que pode sugerir um movimento ascendente de criminalidade local, em contraste com o Rio de Janeiro, que é a cidade com menor proporção de crimes ocorridos mais recentemente. Lembre-se que a pesquisa trabalha com um período de 5 anos e que se a criminalidade estivesse estável, cada ano deveria ser responsável por cerca de 20% dos crimes.

Trata-se todavia de um cálculo imperfeito pois: a) a pesquisa foi feita em junho, cobrindo o período de 1998 ao primeiro semestre de 2002; b) os entrevistados tendem a lembrar mais dos fatos recentes e esquecer os antigos, bem como recordar especialmente os incidentes de maior gravidade.

Tabela 3 - local do crime, por tipo de crime e cidade

Onde aconteceu (perto / na própria casa)	Total	SP	RJ	RE	VI
Roubo/furto de bicicleta	82	77	90	74	73
Agressão física	60	54	63	70	59
Furto de algo dentro do carro	55	55	58	55	40
Roubo/furto de moto	52	41	75	30	0
Roubo/furto de automóveis	51	46	61	78	58
Depredação em automóvel	51	43	68	49	42
Agressão sexual	48	46	45	66	54
Roubo	39	37	41	39	41
Furto	35	38	31	32	31
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Em geral, os crimes contra a pessoa ocorrem dentro ou próximo da casa das vítimas pois são frequentemente crimes de natureza interpessoal, em contraste com os crimes contra o patrimônio, que costumam ocorrer em outras áreas mais afastadas da cidade, enquanto a vítima está trabalhando ou estudando. De fato, a pesquisa revela que os roubos e furtos (exceto de veículos) tendem a ocorrer longe da casa enquanto as agressões físicas ocorrem perto ou dentro da mesma. Curioso, todavia, observar a baixa porcentagem de agressões sexuais que ocorrem perto da casa da vítima (48%), com exceção de Recife (66%). É preciso lembrar que, segundo a definição operacional da pesquisa, "agressões sexuais" incluem desde estupros a assédio sexual e cantadas, que ocorrem com frequência no ambiente de trabalho.

Tabela 3a local do crime, por tipo de crime e renda

Onde aconteceu (perto / na própria casa)	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600

Roubo/furto de bicicleta	74	78	87	88
Agressão física	33	20	15	26
Furto de algo dentro do carro	85	68	46	48
Roubo/furto de moto	48	59	70	38
Roubo/furto de automóveis	68	53	48	45
Depredação em automóvel	25	63	61	43
Agressão sexual	27	7	10	17
Roubo	45	39	34	38
Furto	33	37	32	37
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 3b local do crime, por tipo de crime e escolaridade

Onde aconteceu (perto / na própria casa)	até 1º grau	2º grau	Superior
Roubo/furto de bicicleta	77	81	90
Agressão física	28	19	30
Furto de algo dentro do carro	47	55	59
Roubo/furto de moto	77	40	93
Roubo/furto de automóveis	50	52	50
Depredação em automóvel	68	49	50
Agressão sexual	25	13	8
Roubo	34	41	37
Furto	29	34	43
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 4 - Notificação por tipo de crime e cidade

Notificação do crime	Brasil	SP	RJ	RE	VI	PN	AR	PT	Total ***
Roubo/furto de automóveis	96	95	99	94	100	88,9	89,9	76	91
Roubo/furto de moto	62	76	34	75	100	100	24,6 **	57	79
Arrombamento	30	31	31	26	25	27,3	39,5	59	78
Roubo	29	32	24	25	36	25	38,9	40	55
Agressão física	28	27	30	27	38	15,8	35,9	33	36
Furto de algo dentro do carro	27	27	23	37	28	32,7	25,0	41	62
Furto	15	15	12	24	17	20	24,9	34	42
Agressão sexual	14	7	21	37	15	100	18,1	16	15
Tentativa de arrombamento	11	6	14	19	13	26,7		26	40
Roubo/furto de bicicleta	8	13	2	9	19	15,4		32	56
Depredação em automóvel	6	7	4	3	11	30,8	24,5	23	41
Média							35,7		

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002 \*\* inclui bicicleta \*\*\* total baseado nos países desenvolvidos que tomaram parte da pesquisa de vitimização em 2000

Em média, apenas um terço das vítimas nas Capitais notificou o crime à polícia, estando o Rio de Janeiro ligeiramente abaixo das demais cidades (24,5%) e Vitória um pouco acima (33,5%). Isto significa que a "cifra negra", ou taxa de subnotificação no país continua em torno de 2/3, tal qual já observado nas pesquisas anteriores de vitimização realizadas entre 1992 e 1997). O padrão de notificação manteve-se igualmente inalterado: o montante do prejuízo causado, a necessidade de um boletim de ocorrência para o recebimento de seguro e a gravidade do ato explicam as elevadas taxas de notificação de roubos de automóveis, motocicletas, arrombamentos e roubos. Os crimes envolvendo pessoas que se conhecem – agressão sexual - quantias de pouca monta ou modus operandi não violento, por outro lado, apresentam elevadas taxas de subnotificação. Isto significa que as estatísticas oficiais de criminalidade são especialmente ruins para o monitoramento deste tipo de delito, com conseqüências importantes para o combate aos mesmos.

Os dados deixam claro que o fenômeno da subnotificação é universal: mesmo nos países desenvolvidos, as autoridades policiais conhecem apenas metade dos crimes (49,5%). Em todo caso, existem variações de país e para país e as taxas de notificação variam com o perfil dos crimes que ocorrem em cada país, com a escolarização da população, qualidade do atendimento policial, confiança da população na polícia, entre outros fatores. Em todo caso, chama a atenção o fato do Brasil apresentar uma das menores taxas entre os países avaliados. Se as taxas de notificação brasileiras são parecidas com as dos demais países com relação ao bens caros e aos crimes graves, é principalmente com relação aos casos de menor gravidade que as diferenças se manifestam: no Brasil, são poucas as vítimas destes tipos de crimes que se dão ao trabalho de ir a polícia prestar queixa, ao contrário das vítimas dos países desenvolvidos.

Tabela 4a - Notificação por tipo de crime e renda

Notificação do crime	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Roubo/furto de automóveis	100	95	95	97
Roubo/furto de moto	100	41	70	75
Arrombamento	13	31	36	38
Roubo	22	32	43	21
Agressão física	35	31	17	24
Furto de algo dentro do carro	26	31	22	28
Furto	15	15	16	12
Agressão sexual	36	4	7	1
Tentativa de arrombamento	4	5	11	27
Roubo/furto de bicicleta	11	11	5	5
Depredação em automóvel	13	6	8	4
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Normalmente, são os indivíduos mais ricos e escolarizados que tendem a notificar os crimes de que foram vítimas: seja porque têm mais tempo ou flexibilidade de horários para fazê-lo, porque são melhor atendidos no Distrito Policial ou conhecem algum delegado, por

dever cidadão ou ainda porque fazem mais uso do seguro e precisam do Boletim de Ocorrência. Os dados da pesquisa corroboram este fenômeno com relação a escolaridade mas não com relação a renda: um terço dos vitimados com curso superior notificou o crime, em comparação com apenas 17,6% dos vitimados com escolaridade até 1º grau. Mas, no que diz respeito a renda, foram precisamente os mais pobres que mais disseram ter notificado o crime na polícia (31,2%) enquanto a taxa de notificação manteve-se mais ou menos constante nas demais categorias.

Tabela 4b - Notificação por tipo de crime e escolaridade

Notificação do crime	Até 1º grau	2º grau	superior
Roubo/furto de automóveis	85	100	97
Roubo/furto de moto	34	63	94
Arrombamento	13	29	48
Roubo	20	33	21
Agressão física	6	28	39
Furto de algo dentro do carro	22	25	31
Furto	11	17	14
Agressão sexual	14	14	11
Tentativa de arrombamento	-	5	43
Roubo/furto de bicicleta	1	12	1
Depredação em automóvel	6	8	4
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 5 – Local da notificação por tipo de crime e cidade

Queixa no Distrito	total	SP	RJ	RE	VI
Roubo/furto de automóveis	93	91	97	89	100
Furto de algo dentro do carro	93	91	100	100	86
Furto	93	90	100	94	73
Agressão sexual	91	100	100	75	57
Depredação em automóvel	90	87	100	100	64
Roubo	88	85	95	83	87
Arrombamento	87	83	100	74	72
Roubo/furto de moto	86	82	100	100	100
Roubo/furto de bicicleta	85	83	100	88	88
Agressão física	82	74	89	93	89
Tentativa de arrombamento	19	0	21	38	23
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Apresentar queixa na polícia não significa necessariamente ter lavrado o Boletim de Ocorrência e que a mesma entrou para as estatísticas oficiais. Nem todas as vítimas se dão ao trabalho de ir ao Distrito registrar oficialmente os incidentes. No caso das vítimas de tentativa de arrombamento, com efeito, apenas uma pequena parcela o faz diretamente,

limitando-se a vítima a comunicar o fato por telefone a polícia. O comparecimento ao Distrito para o registro da queixa é claramente maior no Rio de Janeiro e sistematicamente menor do que a média em Vitória e São Paulo.

Tabela 6 – Queixa em outro órgão por tipo de crime e cidade

Deu queixa em outro órgão	Total	SP	RJ	RE	VI
Roubo/furto de automóveis	17	14	20	41	28
Roubo	9	7	12	12	15
Arrombamento	8	7	12	4	4
Agressão física	8	7	10	9	12
Agressão sexual	4	0	10	15	7
Furto de algo dentro do carro	3	4	0	14	4
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

São raras ainda no Brasil as instituições alternativas à polícia onde seja possível as vítimas buscarem reparação pelo crime. Se no caso dos delitos contra o consumidor a população tem feito uso em larga escala dos Procons, não existe nada similar quando se tratam de crimes mais comuns.

No caso do roubo / furto de automóveis esta prática parece ser mais comum (17%) pois as vítimas comunicam o ocorrido a seguradora, a direção do estabelecimento onde ocorreu o crime (no caso de estacionamentos), a empresas privadas de monitoramento, ao Cadastro Nacional de Veículos Roubados, e até mesmo aos meios de comunicação. Nos demais crimes parece não existir muito a quem recorrer para recuperar o bem, além da polícia. A prática, em todo caso, parece ser mais comum em Recife (13,5%) e mais rara em São Paulo (5,5%).

Tabela 7 – número de autores por tipo de crime e cidade

Quantos autores participaram no incidente (uma pessoa)	total	SP	RJ	RE	VI
Agressão sexual	86	89	79	85	93
Agressão física	56	54	56	63	61
Roubo	41	41	37	48	55

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Em três ocasiões a pesquisa quis saber a quantidade de agressores envolvidos no incidente. Por sua própria natureza, a agressão sexual foi o delito mais praticado por autoria individual, seguido da agressão física e do roubo. Chama a atenção o fato dos roubos (44,1%) e agressões físicas (56%) serem muito freqüentemente praticados em conjunto com outros autores. Isto significa, entre outras coisas, que o número de criminosos é bastante superior ao número de crimes praticados.

A autoria coletiva no caso de agressão física ou sexual, pode estar indicando que não se trata de crime interpessoal mas de cometimento do mesmo por estranhos. Se isto for verdade, é possível especular que em Vitória estaríamos diante de delitos de natureza

doméstica enquanto no Rio de Janeiro, estes crimes contra a pessoa e os costumes estariam relacionados a outros fatores.

Tabela 8 – Relação com os agressores por tipo de crime e cidade

Não conhecia os agressores	total	SP	RJ	RE	VI
Roubo	93	95	89	92	84
Agressão sexual	72	87	43	53	69
Agressão física	50	50	55	38	48
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

O conhecimento ou não dos agressores pela vítima é uma maneira alternativa de investigar a natureza do crime. Fica claro aqui que na grande maioria dos casos de roubo, autor e vítima não se conhecem e que claramente não se trata de crime interpessoal. Mesmo assim, é relativamente elevada em Vitória a proporção de vítimas de roubo que conhecia de alguma forma o algoz (16%).

Nos casos de agressão sexual e principalmente física, fica evidente a conotação interpessoal: motivo fútil, passional, doméstico, ou como quer que os chamemos. Em nada menos que metade dos casos de agressão física, vítima e autor se conhecem.

Diferentemente da tabela anterior, aqui as médias sugerem que em São Paulo os crimes ocorrem mais entre estranhos, ocorrendo o inverso em Recife.

Tabela 8a – Relação com os agressores por tipo de crime e renda

Não conhecia os agressores	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Roubo	81	96	97	96
Agressão sexual	41	100	70	57
Agressão física	22	51	52	56
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 8b – Relação com os agressores por tipo de crime e escolaridade

Não conhecia os agressores	até 1º grau	2º grau	Superior
Roubo	86	93	97
Agressão sexual	68	69	92
Agressão física	22	50	62
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Analisando conjuntamente os cruzamentos por renda e escolaridade, parece ser possível dizer que, quanto maior a renda e a escolaridade, menor o grau de relacionamento entre vítima e agressor, para todos os crimes analisados. Os crimes interpessoais ocorrem portanto principalmente nos estratos sociais inferiores. Isto é especialmente marcante no

caso das agressões físicas e sexuais entre indivíduos de mais baixa renda e instrução: neste estrato, caso das agressões físicas, em 78% dos casos vítima e agressor se conheciam.

Tabela 9 – Presença de arma no incidente por tipo de crime e cidade

Agressor tinha arma	total	SP	RJ	RE	VI
Roubo	68	70	66	63	50
Agressão física	44	42	46	51	33
Agressão sexual	8	5	12	14	9
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Outra característica ligada aos crimes interpessoais é o fato dos autores freqüentemente não usarem armas para agredir ou ameaçar as vítimas. A tabela 9 confirma novamente a natureza interpessoal de boa parte das agressões física e, principalmente, sexuais. Nestas últimas, apenas em 8% dos casos o agressor tinha algum tipo de arma, ao contrário do roubo, onde a arma aparece em 68% dos incidentes. Vitória surge como a cidade onde menos armas foram utilizadas para o cometimento destes crimes, sugerindo mais uma vez a natureza ainda um tanto "doméstica" dos crimes cometidos na cidade.

Tabela 10 – Uso da arma por tipo de crime e cidade

Arma foi usada como ameaça	total	SP	RJ	RE	VI
Roubo	94	95	93	91	91
Agressão física	88	91	90	76	73
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Uma coisa a pesquisa deixa claro: quando a arma esta presente no incidente, ela é utilizada para ameaçar a vítima. Foi o que ocorreu na quase totalidade dos roubos e na maioria das agressões físicas. O uso da arma como ameaça parece ligeiramente mais freqüente em São Paulo e Rio, e menos nas demais cidades.

Tabela 11 – Seriedade do incidente por tipo de crime e cidade

Incidente muito sério	Total	SP	RJ	RE	VI
Roubo/furto de automóveis	91	94	85	85	88
Roubo/furto de moto	83	93	62	100	100
Arrombamento	79	88	68	63	74
Agressão sexual	71	74	66	71	53
Roubo	66	76	50	59	85
Agressão física	65	63	65	69	74
Furto de algo dentro do carro	56	56	60	36	56
Tentativa de arrombamento	52	53	51	51	80
Furto	52	56	43	52	72
Roubo/furto de bicicleta	42	49	30	54	61
Depredação em automóvel	34	42	22	24	52
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Os crimes contra o patrimônio envolvendo valores elevados – roubo e furto de veículos, por exemplo - são percebidos por vezes pelas vítimas como mais sérios do que crimes como agressão sexual ou física. Uma possível explicação para isso, como vimos, reside no fato de agressor e vítima normalmente se conhecerem nestes últimos casos.

Voltando aos crimes contra o patrimônio, uma explicação adicional para a seriedade no caso dos automóveis é que eles deixaram há muito de ser artigos de luxo e a vida e o trabalho das pessoas muitas vezes depende deles, de modo que o roubo de um veículo pode trazer sérias conseqüências financeiras para a pessoa e sua família.

Como quer que seja, os entrevistados de São Paulo (62%) e Vitória (66,2%), sistematicamente atribuem mais "seriedade" aos incidentes criminais do que os moradores do Rio de Janeiro (50,1%) ou Recife (55,3%). Isto pode talvez ajudar a entender porque a notificação de crimes, como vimos na tabela 4, é maior em Vitória (33,5%) e menor no Rio de Janeiro (24,5%).

Tabela 11a – Seriedade do incidente por tipo de crime e renda

Incidente muito sério	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Roubo/furto de automóveis	90	84	91	96
Roubo/furto de moto	100	81	73	87
Arrombamento	69	83	67	94
Agressão sexual	63	78	51	73
Roubo	68	70	72	64
Agressão física	64	67	56	77
Furto de algo dentro do carro	38	67	53	65
Tentativa de arrombamento	44	53	45	59
Furto	58	46	50	55
Roubo/furto de bicicleta	48	45	27	48
Depredação em automóvel	13	42	33	37
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 11b – Seriedade do incidente por tipo de crime e escolaridade

Incidente muito sério	até 1º grau	2º grau	superior
Roubo/furto de automóveis	89	92	91
Roubo/furto de moto	69	83	100
Arrombamento	74	75	95
Agressão sexual	82	70	71
Roubo	60	69	62
Agressão física	22	70	71
Furto de algo dentro do carro	50	62	49
Tentativa de arrombamento	40	55	54
Furto	54	52	49
Roubo/furto de bicicleta	49	44	42
Depredação em automóvel	29	38	30

Média			
-------	--	--	--

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Embora não seja uma relação exatamente linear, os dados parecem indicar que o grau de seriedade atribuída ao incidente cresce com a renda e a instrução, na maioria dos crimes arrolados. Observe-se com a agressão física é muito mais "tolerada" entre aqueles de menor escolaridade: apenas 22% qualificaram o ato como "muito sério", porcentagem que sobe para 71% entre os entrevistados com curso superior.

A violência assume assim um grau particular de seriedade para a elite, enquanto os estratos inferiores – por razões culturais ou porque lidam com outras "violências", como desemprego, má qualidade de vida, etc. – tendem a amenizar a seriedade dos atos criminais.

Tabela 12 – relevância de auxílio a vítima por tipo de crime e cidade

Órgão para auxiliar vítima ajudaria muito	total	SP	RJ	RE	VI
Agressão sexual	76	68	90	88	75
Agressão física	68	73	54	80	73
Roubo	64	73	52	62	63
Arrombamento	63	68	54	63	66
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Em diversos países e mais recentemente em alguns estados brasileiros, têm sido criados órgãos de auxílio às vítimas de determinados crimes. O CRAVI de São Paulo – centro de apoio e referência às vítimas de violência, gerenciado pela Secretaria Estadual de Justiça – que atende aos parentes das vítimas letais, fornecendo apoio jurídico e psicológico, é uma exemplo da implementação destes órgãos no país.

Os entrevistados entendem que tais órgãos são necessários especialmente para o auxílio às vítimas de crimes que afetam a pessoa – agressões sexuais e físicas – mas também seriam bem vindos nos casos de roubo ou arrombamento, que também deixam seqüelas nas vítimas, embora menos duradouras. Órgãos deste tipo parecem especialmente bem quistos em Recife (58,6%) enquanto os cariocas são os mais céticos com relação a utilidade dos mesmos (50%).

Tabela 12a relevância de auxílio a vítima por tipo de crime e renda

Órgão para auxiliar vítima ajudaria muito	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Agressão sexual	75	80	77	70
Agressão física	81	70	64	64
Roubo	74	63	62	57
Arrombamento	61	60	70	66
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 12b – relevância de auxílio a vítima por tipo de crime e escolaridade

Órgão para auxiliar vítima ajudaria muito	até 1º grau	2º grau	Superior
Agressão sexual	100	71	94
Agressão física	63	70	65
Roubo	62	68	58
Arrombamento	64	63	63
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Os órgãos de auxílio a vítima são especialmente relevantes para os estratos inferiores de renda e escolaridade, uma vez que eles contam com menos instrumentos para lidar com o incidente. Os mais ricos e escolarizados podem lançar mão de uma série de estratégias – apoio familiar, psiquiátrico, médico, seguro, etc. – que não estão ao alcance dos demais.

Tabela 13 – Sentimento de insegurança por tipo de crime e cidade

Questões: sentimento de insegurança	Brasil	SP	RJ	RE	VI	PN	AR	PT	Tot. ***
Probabilidade de ser vítima de furto ou roubo nos próximos 12 meses	67	72	58	64	63	40,7 *	83,0 **	58 *	31 *
Evitou locais ou pessoas por razões de segurança	57	54	61	63	59	-	65,5	-	-
Conversou sobre crime nas últimas 2 semanas	35	30	42	41	41	-	-	-	-
Sente-se muito inseguro ao andar na vizinhança quando escurece	34	42	21	38	34	16,2	39,3	6	6
Soma: índice de insegurança									

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

\* probabilidade de ser vítima de arrombamento nos próximos 12 meses

\*\* probabilidade de ser vítima de algum delito

\*\*\* total baseado nos países desenvolvidos que tomaram parte da pesquisa de vitimização em 2000

Tendo ou não sido vítimas de crimes nos últimos anos, os habitantes dos centros metropolitanos brasileiros sentem-se bastante inseguros, mercê do crescimento da violência nas últimas duas décadas. Dois terços julgam-se prováveis vítimas de algum furto ou roubo até o próximo ano, 57 % afirma ter mudado de comportamento por razões de segurança e um terço dos entrevistados sente-se inseguro na própria vizinhança e conversou sobre crimes nas últimas duas semanas. A sensação de insegurança aparenta ser mais forte em Recife e menos no Rio de Janeiro mas é um traço comum a todas as cidades pesquisadas.

Com relação aos demais países investigados, os níveis atuais de insegurança brasileiros só são menores do que os níveis observados na Argentina. No Panamá – país em desenvolvimento como Brasil e Argentina - Portugal e outros países desenvolvidos que tomaram parte na pesquisa de 2002, são bastante inferiores as porcentagens dos que

"sentem-se inseguros ao andar na vizinhança quando escurece", única questão comum a todos os países.

Tabela 13a – Sentimento de insegurança por tipo de crime e renda

Questões: sentimento de insegurança	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Probabilidade de ser vítima de furto ou roubo nos próximos 12 meses (muito provável e provável)	66	70	64	71
Evitou locais ou pessoas por razões de segurança	55	58	53	66
Sente-se muito inseguro ao andar na vizinhança quando escurece	35	32	37	34
Soma: índice de insegurança				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 13b – Sentimento de insegurança por tipo de crime e escolaridade

Questões: sentimento de insegurança	até 1º grau	2º grau	Superior
Probabilidade de ser vítima de furto ou roubo nos próximos 12 meses (muito provável e provável)	58	69	82
Evitou locais ou pessoas por razões de segurança	50	58	67
Sente-se muito inseguro ao andar na vizinhança quando escurece	35	34	33
Soma: índice de insegurança			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

São os mais ricos e escolarizados os que mais se sentem inseguros pois, mesmo sem se encaixar no perfil das vítimas de homicídio, são os alvos preferenciais dos crimes contra o patrimônio. Se é verdade que todos parecem sentir-se inseguros ao andar na vizinhança pela noite, são os mais ricos e escolarizados que mais modificaram seus hábitos por razões de segurança e os que mais crêem na probabilidade de se tornarem vítimas de furto ou roubo.

Tabela 14 – Avaliação da Segurança por tipo de crime e cidade

Questões: avaliação da segurança	Total	SP	RJ	RE	VI
Criminalidade no Estado está piorando comparando com 5 anos atrás	82	83	84	78	72
Criminalidade no Brasil está piorando comparando com 5 anos atrás	81	80	83	79	73
Criminalidade na cidade está piorando comparando com 5 anos atrás	75	68	84	79	70
Problema mais importante do Brasil (Segurança / Violência)	64	66	59	67	60
Problema mais importante na cidade (segurança / violência)	64	62	68	62	68
Violência aumentou na vizinhança	41	40	42	45	47
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Existe a percepção majoritária de que a criminalidade está aumentando, em todos os níveis federativos. Como já foi relatado em pesquisas anteriores, quase sempre a violência nos "outros locais" é percebida como pior do que no local próximo aonde se vive: assim, embora cerca de 80% considerem que a violência esteja crescendo no país e no Estado, apenas 41% acreditam que a violência aumentou na vizinhança. É plausível que a intensa divulgação de crimes pelos meios de comunicação, trazendo quotidianamente para perto crimes que ocorrem em locais distantes seja a maior responsável pelo fenômeno.

As médias evidenciam que se trata de um fenômeno uniformemente distribuído pelas regiões analisadas, apesar do Rio de Janeiro estar um pouco acima da média e Vitória um pouco a baixo. Embora o tema da pesquisa possa ter influenciado as respostas, é digno de nota que cerca de 2/3 dos entrevistados citaram a segurança e a violência como os problemas mais importantes enfrentados pelo Brasil e pelas cidades atualmente, corroborando o que outras pesquisas de opinião vêm encontrando.

Tabela 14a – Avaliação da Segurança por tipo de crime e renda

Questões: avaliação da segurança	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Criminalidade no Estado está piorando comparando com 5 anos atrás	81	82	80	88
Criminalidade no Brasil está piorando comparando com 5 anos atrás	80	80	80	87
Criminalidade na cidade está piorando comparando com 5 anos atrás	77	70	69	85
Problema mais importante do Brasil (Segurança / Violência)	70	68	66	62
Problema mais importante na cidade (segurança / violência)	66	67	69	75
Violência aumentou na vizinhança	41	38	38	51
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 14b – Avaliação da Segurança por tipo de crime e escolaridade

Questões: avaliação da segurança	até 1º grau	2º grau	superior
Criminalidade no Estado está piorando comparando com 5 anos atrás	80	83	85
Criminalidade no Brasil está piorando comparando com 5 anos atrás	78	81	84
Criminalidade na cidade está piorando comparando com 5 anos atrás	69	75	83
Problema mais importante do Brasil (Segurança / Violência)	67	68	60
Problema mais importante na cidade (Segurança / violência)	67	68	73
Violência aumentou na vizinhança	34	41	55
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

A análise dos cruzamentos por renda e escolaridade indicam que a percepção de que a criminalidade está crescendo é especialmente forte nos estratos mais elevados que, como vimos anteriormente, são proporcionalmente mais vitimados pelos crimes contra o patrimônio e os que atribuem mais seriedade aos incidentes criminais. É possível que esta percepção tenha relação também com a quantidade e tipo de informações sobre o crime e violência a disposição dos estratos superiores, mas não existem nesta pesquisa elementos para avaliar esta relação.

## Avaliações Sobre a Polícia

Tabela 15 – Satisfação com a polícia por tipo de crime e cidade

Satisfação com atuação da polícia quando vítima de:	Brasil	SP	RJ	RE	VI	PT	Total *
Agressão física	55	50	61	58	58	27	61
Roubo	44	35	60	46	45	38	59
Furto de algo dentro do carro	43	35	68	50	40	-	-
Roubo/furto de automóveis	40	32	55	46	54	33	58
Arrombamento	24	9	47	24	51	27	66
Média						31,2	61

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

\* total de países desenvolvidos que participaram da pesquisa ICVS entre 1996 e 2000

A pesquisa perguntou às vítimas de certos crimes se ficaram ou não satisfeitas com relação a atuação da polícia no incidente. Ressalte-se que já se tratam de pessoas que confiam de certa forma na polícia, pois deram-se ao trabalho de registrar a queixa. Mesmo assim, em média, apenas um terço das vítimas disseram-se satisfeitas com a atuação policial: note-se também que a satisfação com a polícia é muito menor em São Paulo (26,8%) do que no Rio de Janeiro, onde quase metade das vítimas declarou-se satisfeita. Recorde-se que o atendimento nos Distritos Policiais cariocas vem passando por grandes transformações, desde o início do programa Delegacia Legal, do qual já fazem parte 60 Distritos da cidade.

Note-se também que a satisfação é maior no caso das agressões físicas – onde não raramente agressor e vítima se conhecem – caso em que a atuação policial é bastante facilitada uma vez que pode identificar e punir o autor. Lesão corporal culposa e dolosa de natureza leve, estão abrangidas pela lei 9099/95, que trata do juizado especial criminal, onde o procedimento é mais célere e depende de representação, ou seja depende da vontade da vítima – fator que pode estar contribuindo para o aumento da satisfação das vítimas destes crimes

A satisfação, por outro lado, é visivelmente menor nos casos de arrombamento, onde a polícia é geralmente acionada por telefone e normalmente sequer comparece ao local do incidente para fazer perícias ou investigações. Exceto o exame de corpo de delito que é feito na hora, os demais exames e perícias levam muito tempo, principalmente quando são requisitados exames complementares – mais comuns em lesão de natureza grave ou gravíssima. São em geral poucos peritos, trabalhando numa estrutura rudimentar e sobrecarregados de casos. Há também o fato de que os próprios moradores muitas vezes já alteraram as evidências.

A satisfação com a atuação da polícia no Brasil é bastante similar – em algumas cidades até maior - à satisfação média observada em Portugal (31,2%), mas bastante inferior a média dos demais países desenvolvidos (61%). Isto pode ajudar a entender porque a notificação de crimes é maior nestes países.

Tabela 15a– Satisfação com a polícia por tipo de crime e renda

Satisfação com atuação da polícia quando vítima de:	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Agressão física	91	40	59	51
Roubo	20	49	40	54
Furto de algo dentro do carro	37	26	29	43
Roubo/furto de automóveis	3	43	38	41
Arrombamento	-	28	25	16
Média	37,7			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Tabela 15b– Satisfação com a polícia por tipo de crime e escolaridade

Satisfação com atuação da polícia quando vítima de:	até 1º grau	2º grau	Superior
Agressão física	64	58	51
Roubo	60	39	58
Furto de algo dentro do carro	21	53	39
Roubo/furto de automóveis	26	41	44
Arrombamento	-	34	13
Média	42,7		

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Enquanto os estratos inferiores de renda e instrução estão satisfeitos com a atuação da polícia nos casos de agressão física – lembre-se que a autoria é geralmente conhecida nestes casos, especialmente neste estrato – os estratos superiores revelam-se mais satisfeitos especialmente com a atuação policial envolvendo furtos e roubos de ou em automóveis.

Tabela 16 – Comparação entre serviços públicos por tipo de crime e cidade

Serviços no bairro (% bom)	total	SP	RJ	RE	VI
Fornecimento de água	78	83	77	49	85
Abastecimento	67	71	64	53	76

Iluminação	58	60	54	58	80
Transporte coletivo	57	49	66	70	74
Serviço de limpeza	52	52	52	54	73
Rede de esgoto	51	55	50	27	64
Conservação das ruas	34	34	35	32	61
Atendimento médico	25	25	23	29	40
Diversão e lazer	22	20	26	21	40
Policimento	21	24	16	19	38
Media					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

A pesquisa procurou comparar a avaliação dos serviços prestados pela polícia com os de outros órgãos públicos estaduais ou municipais. Como em quase todas as ocasiões em que a questão foi formulada, aqui também a polícia recebeu, no agregado, a pior avaliação: em São Paulo só perde para os "locais de diversão e lazer" e nas demais cidades foi a última colocada no ranking. Observe-se pelas médias que, de modo geral, a avaliação dos serviços públicos é bem mais positiva em Vitória (57,3%) e negativa em Recife (37,4%). Especificamente com relação a polícia, ela recebe a pior avaliação comparada no Rio de Janeiro (16% de bom) e a melhor em Vitória (38%)

Tabela 16a – Comparação entre serviços públicos por tipo de crime e renda

Serviços no bairro (% bom)	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Fornecimento de água	68	78	80	84
Abastecimento	58	64	73	75
Iluminação	58	60	58	55
Transporte coletivo	56	53	60	60
Serviço de limpeza	51	55	51	52
Rede de esgoto	42	52	55	55
Conservação das ruas	37	35	34	32
Atendimento médico	23	21	28	29
Diversão e lazer	19	19	24	30
Policimento	20	22	20	22
Media				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Uma vez que o acesso aos bens públicos é maior nos estratos superiores de renda, é natural encontrar um grau de satisfação maior nestes setores: de uma maneira geral, como revelam as médias, quanto maior a renda familiar, maior a porcentagem de satisfeitos com os diferentes serviços oferecidos no bairro. A exceção é o item "conservação das ruas" provavelmente devido ao fato dos mais ricos fazerem uso mais intenso de automóveis e sentirem mais na pele o problema buracos do que os pedestres.

Tabela 16b – Comparação entre serviços públicos por tipo de crime e escolaridade

Serviços no bairro (% bom)	até 1º grau	2º grau	superior
Fornecimento de água	79	78	77
Abastecimento	64	67	73
Iluminação	67	57	49
Transporte coletivo	58	55	61
Serviço de limpeza	56	52	50
Rede de esgoto	54	49	57
Conservação das ruas	40	32	35
Atendimento médico	27	22	31
Diversão e lazer	20	21	33
Policiaamento	26	20	20
Media			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

O fenômeno, todavia, não se manifesta quando o analisamos por escolaridade, onde a proporção de satisfeitos na média, é similar entre os três níveis, sendo mesmo ligeiramente superior entre os que têm até 1 grau. Observe-se que, particularmente com relação ao policiamento, é neste nível que se encontra a maior porcentagem dos satisfeitos (26% de bom).

Tabela 17 – Avaliação da polícia II por tipo de crime e cidade

Avaliação da polícia	Brasil	SP	RJ	RE	VI	PN	AR	PT	Total
Polícia não faz um bom trabalho para controlar o crime na região	61	59	65	58	51	51,9	51,6	47	22
Polícia nunca passa pela rua	17	18	14	28	19		19		
Média									

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

\*\*\* total baseado nos países desenvolvidos que tomaram parte da pesquisa de vitimização em 2000

A maioria dos entrevistados nas quatro capitais julga que a polícia não vem fazendo um bom trabalho de controle do crime (61%, em média). A crítica ao trabalho policial é mais rigorosa no Rio de Janeiro (65%) e menos em Vitória (51%), como já observamos também na tabela 16. Isto talvez explique também porque a avaliação da segurança encontra seu pior nível no Rio e o melhor em Vitória (tabela 14) e porque a notificação de crimes (tabela 4) é menor na primeira do que na segunda.

Indicador alternativo da avaliação da polícia é a pergunta "quantas vezes a polícia passa pela sua rua" pois já se observou que a resposta "nunca" é por vezes menos uma avaliação objetiva do que uma resposta projetiva para checar o sentimento subjetivo com relação à polícia.

Como vimos ao interpretar os dados da tabela 15, a satisfação com o trabalho da polícia é bem superior nos países desenvolvidos (somente 22% declararam que polícia não faz um

bom trabalho) , quando comparados ao Brasil (61%) , Panamá (51%) ou Argentina (51%), únicos países latino-americanos a participarem do projeto ICVS recentemente.

Tabela 17a – Avaliação da polícia II por tipo de crime e renda

Avaliação da polícia	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Polícia não faz um bom Trabalho para controlar o crime na região	64	61	56	62
Polícia nunca passa pela rua	4	6	7	9
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 17b – Avaliação da polícia II por tipo de crime e escolaridade

Avaliação da polícia	até 1º grau	2º grau	superior
Polícia não faz um bom Trabalho para controlar o crime na região	53	64	59
Polícia nunca passa pela rua	6	7	9
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

O cruzamento por renda não indica a existência de diferenças relevantes entre os grupos, enquanto o cruzamento com escolaridade sugere novamente que a avaliação da polícia é melhor entre os menos escolarizados.

## Políticas de Segurança Pública

Tabela 18a – políticas de segurança, por cidade

Reduzir o crime em grande parte:	total	SP	RJ	RE	VI
Mais policiamento nas ruas	84	86	80	87	92
Sentenças mais longas	61	64	56	63	50
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 18b – políticas de segurança, por cidade

Reduzir o crime em grande parte:	total	SP	RJ	RE	VI
Programas sociais para jovens	75	74	76	81	87
Concorda com mais recursos para prevenção	69	65	74	66	77
Controle sobre armas de fogo	83	83	81	85	88
Concorda que visão conjunta é melhor que só prender	88	86	93	86	92
Restrição de violência na TV	40	34	47	48	51
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Um dos objetivos principais da pesquisa foi o de averiguar em que medida a população compartilha com os pressupostos filosóficos do PIAPS, qual sejam, de que as políticas públicas de segurança devem ir além do aspecto meramente repressivo e lidar também, através da prevenção primária e secundária, com as causas sociais, econômicas e culturais da violência.

A conclusão parece ser a seguinte: as intervenções preventivas encontram tanto ou mais apoio na população do que as de caráter repressivo, embora estas últimas gozem de ampla popularidade. Em suma, a população não as vê como excludentes mas como iniciativas complementares: é preciso programas sociais para os jovens, mas também aumentar o policiamento; dediquem mais recursos para a prevenção mas também aumentem as penas para os criminosos.

A preocupação com a violência e a segurança é tamanha que todas as iniciativas são bem vindas, sejam de natureza preventiva ou repressiva.

Com relação as diferenças entre as capitais, destaque-se a menor adesão no Rio de Janeiro e Vitória as políticas tradicionais de segurança (mais policiamento e sentença mais longas) e maior adesão aos pressupostos preventivos. São Paulo aparece numa posição mais conservadora neste campo.

Tabela 18a– políticas de segurança, por renda

	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Reduzir o crime em grande parte: Concorda totalmente e em parte				
Concorda que visão conjunta é melhor que só prender	85	87	91	91
Mais policiamento nas ruas	87	84	87	84
Controle sobre armas de fogo	84	84	83	85
Programas sociais para jovens	73	76	76	83
Concorda com mais recursos para prevenção	67	65	67	77
Sentenças mais longas	62	64	61	59
Restrição de violência na TV	42	40	36	43

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Os mais pobres são os que mais apoiam as políticas clássicas de segurança pública, como mais policiamento nas ruas (87%) e sentenças mais longas para os criminosos (62%). Propostas como controle sobre armas de fogo ou restrição de violência na TV não revelaram diferenças entre os grupos. Em compensação, é nítida a maior adesão dos mais ricos as estratégias preventivas: quanto maior a renda familiar, maior apoio a uma visão conjunta, a programas sociais para jovens e maior o apoio a que mais recursos sejam destinados a prevenção. Isto significa que apoio a programas como o Piaps encontrarão proporcionalmente maior adesão na elite e menor adesão entre as classes populares, embora o apoio a prevenção seja generalizado.

Tabela 18b – políticas de segurança, por escolaridade

Reduzir o crime em grande parte: Concorda totalmente e em parte	até 1º grau	2º grau	Superior
Concorda que visão conjunta é melhor que só prender	87	88	91
Mais policiamento nas ruas	86	84	80
Controle sobre armas de fogo	83	82	83
Programas sociais para jovens	75	73	86
Concorda com mais recursos para prevenção	65	67	81
Sentenças mais longas	60	63	55
Restrição de violência na TV	40	38	47

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

A leitura do cruzamento por escolaridade revela a mesma situação: menos escolarizados apoiando medidas repressivas clássicas e mais escolarizados as estratégias preventivas. Destaque-se o maior apoio a restrição de violência na TV entre os mais escolarizados.

Tabela 19 – estratégias de combate a violência, por cidade

Auxiliam a combater a violência	total	SP	RJ	RE	VI
Cursos profissionalizantes gratuitos	96	95	99	98	98
Interação polícia / comunidade	95	94	95	97	97
Ronda policial	94	94	94	98	97
Serviços públicos: conselhos	93	92	95	96	97
Palestras em escolas	91	90	93	94	95
Palestras sobre os direitos e deveres do cidadão	89	88	91	91	94
Locais de lazer e cultura	86	86	85	85	88
Delegacia próxima ao bairro	86	86	86	93	91
Base comunitária de policiamento	86	87	86	86	88

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

A análise desta tabela parece levar as mesmas conclusões da tabela anterior: tanto as estratégias preventivas quanto as repressivas encontram respaldo no imaginário da população. Observe-se que o item pior avaliado – base comunitária de policiamento - recebeu 86% de "aprovação", entendida aqui como estratégia que auxilia e portanto deveria ser adotada. Em todo caso, fica clara a percepção de que as medidas preventivas, para a população, têm um papel a cumprir no combate a criminalidade.

A dissecação dos resultados por renda e escolaridade sugerem não haver discrepâncias de opinião quanto ao potencial destas diversas estratégias de combate a violência, que são bem vistas em todas as classes de renda e escolaridade.

Tabela 20 – causas da criminalidade, por cidade

Causas da criminalidade (contribui bastante)	total	SP	RJ	RE	VI
Ócio entre os jovens	75	76	72	76	76
Falta de emprego e renda	73	74	71	73	77
Falta de confiança na Justiça	69	69	68	66	73
Falta de policiamento	68	69	64	72	68
Falta de confiança na polícia	65	65	64	64	66
Falta de escolas e creches	56	56	53	68	65
As condições de vida nas favelas	53	53	54	56	61
As condições de atendimento médico	21	21	19	27	34

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

A população apoia as estratégias preventivas por uma razão muito simples, que se desprende da leitura dos dados acima: as causas sociais – ócio entre os jovens, falta de emprego e renda – estão entre as principais responsáveis pela criminalidade. Mas, novamente, parte do problema é derivado da ausência de políticas específicas no sistema de justiça criminal: falta de confiança na justiça, na polícia e falta de policiamento. Observe-se que nem todos os setores sociais – por exemplo, saúde – são diretamente relacionados na visão popular com a questão da criminalidade.

Tabela 20a 1 – causas sociais da criminalidade, por renda

Causas da criminalidade (contribui bastante)	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Ócio entre os jovens	74	76	74	75
Falta de emprego e renda	72	73	70	76
Falta de escolas e creches	57	53	56	58
As condições de vida nas favelas	50	52	57	56
As condições de atendimento médico	21	20	20	21
Médias				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Tabela 20a 2 – causas não sociais da criminalidade, por renda

Causas da criminalidade (contribui bastante)	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Falta de confiança na Justiça	69	70	67	69
Falta de policiamento	70	68	70	68
Falta de confiança na polícia	66	68	62	64
Médias				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

As diferenças aqui são sutis mais ainda assim perceptíveis: os entrevistados de menor renda familiar tendem a atribuir a criminalidade menos a causas sociais e mais a problemas relativos ao funcionamento do sistema de justiça criminal (polícia e justiça). O inverso ocorre entre os entrevistados de renda elevada.

Tabela 20b.1 – causas sociais da criminalidade, por escolaridade

Causas da criminalidade (contribui bastante)	até 1º grau	2º grau	superior
Ócio entre os jovens	74	74	80
Falta de emprego e renda	69	73	77
Falta de escolas e creches	54	56	57
As condições de vida nas favelas	46	54	65
As condições de atendimento médico	21	19	27
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Tabela 20b.2 – causas não sociais da criminalidade, por escolaridade

Causas da criminalidade (contribui bastante)	até 1º grau	2º grau	superior
Falta de confiança na Justiça	67	68	72
Falta de policiamento	67	68	69
Falta de confiança na polícia	69	64	63
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Com relação a escolaridade, pode-se dizer que a atribuição a causas sociais cresce com a escolaridade (44% entre os que tem até 1 grau versus 51% entre os que em curso superior), embora o mesmo não seja verdadeiro com relação as causas ligadas ao funcionamento do sistema de justiça criminal.

Tabela 21 – responsabilidade pela criminalidade, por cidade

Principal responsável pela criminalidade	total	SP	RJ	RE	VI
Tráfico de drogas	32	35	27	31	37
A pobreza do país	28	27	30	30	27
A crise econômica	19	18	22	18	20
Justiça pouco rigorosa	14	15	14	14	11

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Numa questão de múltipla escolha onde os entrevistados eram instados a escolher os principais responsáveis pela criminalidade, o tráfico de drogas foi eleito como o principal, superando mesmo a pobreza do país. O Rio de Janeiro – onde a atuação do tráfico é intensa – foi curiosamente a única cidade onde "pobreza" supera "tráfico". Os moradores de Vitória foram os que mais mencionaram o tráfico e os do Rio de Janeiro os que menos citaram a alternativa. A crise econômica atual e a Justiça pouco rigorosa são responsabilizados em menor medida que as duas primeiras.

Tabela 21a – responsabilidade pela criminalidade, por renda

Principal responsável pela criminalidade	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
--	---------	---------	----------	--------------

Tráfico de drogas	37	34	34	23
A pobreza do país	32	27	23	30
A crise econômica	15	19	21	19
Justiça pouco rigorosa	9	13	16	21

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Tabela 21b – responsabilidade pela criminalidade, por escolaridade

Principal responsável pela criminalidade	até 1º grau	2º grau	superior
Tráfico de drogas	36	32	24
A pobreza do país	28	28	30
A crise econômica	18	19	20
Justiça pouco rigorosa	11	15	18

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

A pobreza do país e a crise econômica são por todos responsabilizadas pela criminalidade no país, independentemente de renda ou escolarização. Mas, enquanto os mais pobres e menos instruídos dão ênfase ao tráfico de drogas, os mais ricos e escolarizados responsabilizam antes a Justiça pouco rigorosa pela criminalidade.

#### Conhecimento sobre o PIAPS e seus projetos

Tabela 22 – Conhecimento dos Programas, por cidade

Conhecimento	total	SP	RJ	RE	VI
Não sabe / não lembra de nenhum projeto do PIAPS	69	53	80	80	71
Não sabe / não lembra de nenhum projeto do PNSP	52	38	59	61	64
Já ouviu falar do PNSP	18	12	29	20	19
Já ouviu falar do PIAPS	5	4	7	6	7

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Constituindo-se num sub-item do Plano Nacional de Segurança Pública e tendo iniciado de forma mais intensa apenas em 2002, sem grande estardalhaço e sem estar vinculado a alguma "crise" no setor, é natural que seja pequena a porcentagem de entrevistados que afirmam já ter ouvido falar do PIAPS: na média das capitais, apenas 5% ouviram falar do Plano, porcentagem ligeiramente superiores sendo encontradas no Rio de Janeiro e Vitória.

O Plano Nacional de Segurança Pública, por outro lado, além de dois anos mais antigo, foi amplamente divulgado nos meios de comunicação desde o seu lançamento, vinculado ao episódio do seqüestro do ônibus 174 no Rio de Janeiro. O nível de conhecimento do PNSP é portanto bem superior ao do PIAPS (18% em média), e principalmente no Rio de Janeiro (29%) onde ocorreu o seqüestro do 174, embora ainda pouco conhecido em São Paulo.

De uma maneira geral, pode-se dizer que ambos os programas são ainda pouco conhecidos, o que pode ser visto adicionalmente pela larga parcela de entrevistados que foi incapaz de mencionar algum dos 124 itens do PNSP (52%) ou algum dos 49 programas ligados ao PIAPS (69%). Mesmo entre os que citaram algo, freqüentemente a citação estava errada, como pode ser averiguada na análise das respostas abertas.

Tabela 22a – Conhecimento dos Programas, por renda

Conhecimento	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Não sabe / não lembra de nenhum projeto do PIAPS	49	68	74	84
Não sabe / não lembra de nenhum projeto do PNSP	54	46	51	56
Já ouviu falar do PNSP	13	14	20	31
Já ouviu falar do PIAPS	6	5	6	4

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 22b – Conhecimento dos Programas, por escolaridade

Conhecimento	até 1º grau	2º grau	Superior
Não sabe / não lembra de nenhum projeto do PIAPS	73	63	89
Não sabe / não lembra de nenhum projeto do PNSP	69	53	43
Já ouviu falar do PNSP	9	17	37
Já ouviu falar do PIAPS	5	6	5

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Os estratos superiores de renda e educação conhecem o Plano Nacional de Segurança Pública mas não o Piaps. Por outro lado, os programas que fazem parte do PIAPS são muito mais lembrados pelos indivíduos de menor renda e instrução. Mas ainda que podendo citar programas que fazem parte do Piaps, não os associam ao mesmo.

Tabela 23 – Conhecimento do PIAPS, por programa e cidade

Já ouviu falar do programa	total	SP	RJ	RE	VI
Bolsa escola	87	82	94	98	91
Centro comunitário	66	62	69	78	81
Agente comunitário de saúde	59	56	57	82	75
Paz nas escolas	53	45	62	69	52
Saúde da família	52	47	57	65	68
Erradicação do analfabetismo	49	39	63	61	53
Transporte do escolar	49	58	38	29	48
Esporte solidário	40	27	58	53	45
Morar melhor	38	30	52	36	32
Balcão de direitos	35	29	45	34	37
CIC	33	29	39	36	44
Brinquedoteca	27	31	21	23	24
PRÓ-INFRA	26	24	28	29	29

Livro aberto	16	14	22	12	19
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Embora o PIAPS não seja conhecido da população, é interessante notar que diversos programas que o compõem o são, pois, em média, 42% dos entrevistados disseram já ter ouvido falar de algum dos programas listados, com São Paulo (38,2%) jogando a média geral para baixo. Bolsa escola é de longe o mais conhecido de todos pois existe com o mesmo nome em diversos locais e níveis de governo. O programa menos conhecido é Livro Aberto, mencionado por 16% dos entrevistados, mais do triplo da porcentagem dos que já tinham ouvido falar no PIAPS. O desafio do PIAPS, portanto, em termos de conhecimento, é conseguir fazer com que a população saiba que os projetos chegaram especificamente até aquele local, em parte por intermédio do PIAPS, que articula com os ministérios a implementação nas "áreas prioritárias".

Para interpretar corretamente as respostas de "conhecimento" é preciso fazer uma nota metodológica: diversas pesquisas já observaram que as respostas em geral são infladas, pois os respondentes, com vergonha em assumir que "desconhece" ou "nunca ouviu falar" em algo, tende a afirmar o contrário. Mas se é possível questionar a magnitude das respostas, a ordem geral, todavia, continua válida, pois o problema da inflação de respostas afeta a todas igualmente. Mesmo que os níveis de "conhecimento" estejam superestimados, é certo que Bolsa Escola é mais conhecido que Livro Aberto, e assim por diante.

Tabela 23a – Conhecimento do PIAPS, por programa e renda

Já ouviu falar do programa	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Bolsa escola	88	86	88	91
Centro comunitário	62	68	68	69
Agente comunitário de saúde	58	57	61	64
Paz nas escolas	54	52	56	55
Saúde da família	54	48	57	58
Eradicação do analfabetismo	45	45	50	63
Transporte do escolar	48	49	49	51
Esporte solidário	32	35	45	53
Morar melhor	34	38	42	41
Balcão de direitos	31	32	39	43
CIC	30	30	36	41
Brinquedoteca	20	29	26	33
PRÓ-INFRA	21	24	30	32
Livro aberto	16	13	20	21
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Tabela 23b – Conhecimento do PIAPS, por programa e escolaridade

Já ouviu falar do programa	até 1º grau	2º grau	superior
Bolsa escola	83	87	96
Centro comunitário	62	66	70
Agente comunitário de saúde	53	58	70
Paz nas escolas	46	54	59
Saúde da família	52	49	64
Erradicação do analfabetismo	44	46	70
Transporte do escolar	53	46	52
Esporte solidário	30	40	54
Morar melhor	37	38	39
Balcão de direitos	34	33	47
CIC	34	31	43
Brinquedoteca	24	25	40
PRÓ-INFRA	20	26	35
Livro aberto	13	17	21
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Embora as camadas mais pobres tenham podido citar programas ligados ao Piaps e as mais abastadas não, quando os nomes dos programas são apresentados aos entrevistados o fenômeno se inverte. De modo quase sempre linear, em quase todos os programas, o conhecimento dos mesmos aumenta com a renda e a escolaridade. (ou então cresce a vergonha de assumir que não conhece o programa)

Tabela 24 – Existência do Programa, por tipo de programa e cidade

Existe aqui	total	SP	RJ	RE	VI
Centro comunitário	56	47	61	83	93
Bolsa escola	55	41	66	86	84
Agente comunitário de saúde	55	49	50	94	90
Paz nas escolas	53	40	63	69	73
Esporte solidário	47	27	58	64	74
Erradicação do analfabetismo	45	42	45	61	54
Transporte do escolar	45	44	49	35	58
Saúde da família	45	40	41	75	83
Balcão de direitos	39	26	48	57	76
Morar melhor	39	25	48	58	68
Livro aberto	36	31	39	47	66
CIC	35	24	41	60	75
Brinquedoteca	32	26	38	58	62
PRÓ-INFRA	27	19	29	61	66
Médias					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

A tabela 24 revela que há uma clara relação entre a existência do programa e seu conhecimento pela população, uma vez que a ordem em que os programas são listados aqui

é bastante similar a da tabela de conhecimento. Se isto estiver correto, o grau de conhecimento de um programa dependeria menos de sua divulgação e promoção na média e mais de sua efetiva implementação local.

Lembre-se aqui que a pergunta sobre a "existência" dos programas foi feita apenas para aqueles que disseram ter ouvido falar do programa e que portanto a base para o cálculo das porcentagens não é a mesma da pergunta anterior. Isto explica o fato de que, em alguns itens, a porcentagem dos que responderam que o problema "existe" ser maior do que a porcentagem dos que "ouviram falar" do programa.

Os dados precisam ser lidos com cuidado, pois também são afetados pela "inflação" de respostas dos que não admitem parecer ignorantes frente ao pesquisador. Uma forma de corroborar ou refutar a informação seria tentar determinar em que cidades os programas foram mais intensamente implementados. Verificando ainda que precariamente, por exemplo, se, tal qual a pesquisa sugere, a implementação foi maior em Vitória (68%) e Recife (60,5%) e menor em São Paulo (32%)

Tabela 25 – Participação nos programas, por programa e cidade

Alguém participa ?	total	SP	RJ	RE	VI
Agente comunitário de saúde	28	40	7	29	31
Saúde da família	24	35	10	22	27
Paz nas escolas	20	30	15	15	14
Livro aberto	19	37	5	9	11
Brinquedoteca	16	23	8	11	6
Centro comunitário	16	24	8	12	19
Bolsa escola	11	14	10	10	6
CIC	11	20	6	9	10
Transporte do escolar	10	11	8	3	4
Morar melhor	9	19	5	2	2
Esporte solidário	9	22	5	9	7
Eradicação do analfabetismo	7	7	7	8	6
Balcão de direitos	6	13	3	2	4
PRÓ-INFRA	6	13	2	2	3
Média					

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

A base utilizada para o cálculo das porcentagens desta tabela foram os entrevistados que já tinham ouvido falar no programa, sabiam da existência dele no local e participavam (ou algum familiar) de alguma forma nele.

Como seria natural esperar, a quantidade dos que participam ou tem alguém da família que participa nos diversos programas é bastante inferior aos que o conhecem: em média, 13% dos entrevistados afirmaram tomar parte em pelo menos um dos programas, aparecendo os dois programas da área da saúde como os mais difundidos em todas as cidades, exceto Rio de Janeiro. Note-se que os entrevistados de São Paulo são os que mais relatam participação

nos programas, com médias duas vezes maiores que em Vitória e Recife e três vezes maior do que a dos cariocas.

Livro-Aberto, Brinquedoteca e CIC estão entre os que mais alcançam os entrevistados segundo esta tabela, mesmo sendo pouco conhecidos de acordo com as tabelas anteriores.

Tabela 25a – Participação nos programas, por programa e renda

Alguém participa ?	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Agente comunitário de saúde	39	34	24	13
Saúde da família	36	23	20	18
Paz nas escolas	21	21	27	13
Livro aberto	38	10	14	14
Brinquedoteca	14	18	8	19
Centro comunitário	22	16	14	14
Bolsa escola	22	10	8	6
CIC	10	7	21	5
Transporte do escolar	13	7	12	11
Morar melhor	2	7	15	8
Esporte solidário	15	5	5	13
Erradicação do analfabetismo	13	6	4	7
Balcão de direitos	4	4	8	3
PRÓ-INFRA	3	3	7	12
Média				

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Tabela 25b – Participação nos programas, por programa e escolaridade

Alguém participa ?	até 1º grau	2º grau	Superior
Agente comunitário de saúde	36	29	12
Saúde da família	28	26	12
Paz nas escolas	12	24	16
Livro aberto	20	19	15
Brinquedoteca	18	17	13
Centro comunitário	13	18	11
Bolsa escola	15	12	4
CIC	4	14	8
Transporte do escolar	7	12	7
Morar melhor	11	7	12
Esporte solidário	5	10	11
Erradicação do analfabetismo	7	7	6
Balcão de direitos	4	8	3
PRÓ-INFRA	6	6	7
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Os programas sociais do governo – 49 dos quais fazem parte do Piaps – são voltados preferencialmente para as camadas mais desfavorecidas da população. As tabelas sugerem

que os programas estão atingindo seu alvo, pois a participação ou utilização de cada programa cai linearmente conforme aumentam a renda e a instrução do entrevistado.

Tabela 26 – Opinião sobre o potencial preventivo, por programa e tipo de cidade

Ajudam a prevenir a violência ?	Total	SP	RJ	RE	VI
Paz nas escolas	75	74	75	82	87
Erradicação do analfabetismo	74	72	77	78	84
Bolsa escola	73	72	73	75	78
Esporte solidário	71	70	72	75	84
Centro comunitário	71	72	67	75	82
Morar melhor	68	67	70	69	77
Brinquedoteca	66	71	57	68	72
Transporte do escolar	61	67	50	62	72
Livro aberto	60	61	58	58	70
CIC	59	58	60	57	75
Balcão de direitos	57	56	59	56	76
Agente comunitário de saúde	57	56	54	66	70
PRÓ-INFRA	57	56	57	55	72
Saúde da família	55	55	53	62	71

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Como já visto na tabela 20, comparativamente, a população não vê tanto potencial preventivo nos programas ligados a área da saúde, embora mesmo aí metade dos entrevistados tenham visto algum potencial. Em contrapartida, os três primeiros programas mencionados têm relação com educação, ficando evidente a associação que a população faz entre potencial preventivo e a escolarização. Observe-se que em Vitória é bastante superior a porcentagem dos que vêm nos programas do PIAPS um potencial de prevenção ao crime.

Tabela 26a – Opinião sobre o potencial preventivo dos programas, por programa e renda

Ajudam a prevenir a violência ?	Até 400	401/800	801/1600	Mais de 1600
Paz nas escolas	74	74	78	78
Erradicação do analfabetismo	73	72	78	80
Bolsa escola	73	72	74	75
Esporte solidário	67	69	76	76
Centro comunitário	69	69	75	75
Morar melhor	67	65	73	73
Brinquedoteca	65	63	70	70
Transporte do escolar	64	60	63	59
Livro aberto	54	58	68	63
CIC	54	57	62	64
Balcão de direitos	59	54	60	60
Agente comunitário de saúde	58	53	59	60
PRÓ-INFRA	53	52	63	64
Saúde da família	58	50	56	61

Média				
-------	--	--	--	--

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI –2002

Tabela 26b – Opinião sobre o potencial preventivo, por programa e escolaridade

Ajudam a prevenir a violência ?	até 1º grau	2º grau	superior
Paz nas escolas	73	75	80
Erradicação do analfabetismo	66	75	84
Bolsa escola	73	71	77
Esporte solidário	62	71	84
Centro comunitário	66	70	80
Morar melhor	64	68	78
Brinquedoteca	63	65	73
Transporte do escolar	64	60	60
Livro aberto	54	60	67
CIC	59	57	67
Balcão de direitos	56	57	63
Agente comunitário de saúde	55	56	61
PRÓ-INFRA	54	55	67
Saúde da família	56	53	61
Média			

Fonte: Pesquisa de Vitimização Ilanud / FIA / GSI -2002

Com exceção do programa "transporte do escolar", a percepção de que os diversos programas ajudam a prevenir a violência cresce conforme aumenta a renda familiar e escolaridade do entrevistado. Novamente, portanto, encontramos uma visão mais favorável as iniciativas de cunho preventivo entre as camadas mais ricas e escolarizadas da população.

Apoio: Consultoria em Segurança